

Nota à Comunicação Social n.º 26/2022
17 MAR 22 | 10h40

Medidas de contingência em vigor nas regiões hidrográficas

As medidas de contingência definidas a 27 de janeiro e homologadas a 1 de fevereiro pela Comissão da Seca têm permitido a gestão da água armazenada em 10 barragens sujeitas a restrições, entre as quais a do Alto Lindoso e a de Castelo de Bode, esta última responsável pelo abastecimento de água à área metropolitana de Lisboa.

Nas cinco reuniões das subcomissões, criadas no âmbito da Comissão de Gestão de Albufeiras, realizadas nos meses de fevereiro e março, foram propostas, no contexto de agravamento da situação hidrológica, medidas associadas a cinco tipologias: resiliência das origens de água, restrição e controlo de consumos, monitorização dos recursos subterrâneos e superficiais, promoção da eficiência hídrica nas infraestruturas de distribuição dos setores urbano e agrícola e sensibilização para o uso racional da água.

A nível regional, além da suspensão temporária de autorização de novas pesquisas de água subterrânea nas massas de água críticas e do reforço da fiscalização e da rede de monitorização nas regiões hidrográficas, destacam-se as seguintes medidas:

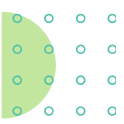
Algarve

- Uso exclusivo da albufeira da Bravura para abastecimento público suspendendo-se temporariamente os restantes usos (reavaliação no final de março);
- Reativação de captações públicas de água subterrânea para reforço de abastecimento aos concelhos de Lagos, Vila do Bispo e Aljezur;
- Continuação da implementação das soluções de utilização de ApR-Água para Reutilização nos usos não potáveis, nomeadamente na rega de campos de golfe.

Alentejo

- Dar continuidade ao planeamento de transferências do Sistema de Alqueva para as albufeiras das bacias hidrográficas do Sado e do Guadiana, no presente ano hidrológico 2021/2022;
- Aprovar até final do 1º trimestre, as Bases do Plano Regional de Eficiência Hídrica para a Região do Alentejo, associada às bacias do Sado, Mira e Guadiana;
- Assegurar a gestão articulada entre os diferentes usos da Albufeira de Monte da Rocha, mantendo-se o uso condicionado para rega, de forma a garantir o abastecimento público, em termos de quantidade e de qualidade;
- Avaliar a utilização do volume morto na albufeira de Santa Clara.





Tejo e Oeste

- Condicionar a produção de energia nas albufeiras de Cabril e Castelo de Bode, no Zêzere, para garantir os volumes necessários para o abastecimento público;
- Dar continuidade e incrementar a implementação de soluções de utilização de ApR nos usos não potáveis, nomeadamente para rega de campos de golfe, em particular na região Oeste e margem sul, e rega agrícola na região do Oeste;
- Avaliar a solução de aproveitamento da descarga de meio fundo da margem direita da barragem de Castelo de Bode para alimentação direta da Estação Elevatória da EPAL para criar redundância de abastecimento e poder utilizar o volume a cotas inferiores às atuais.
- Dar início aos trabalhos de desenvolvimento do Plano Regional de Eficiência Hídrica para a Região do Tejo e Oeste;

Centro

- Condicionar a produção de energia nas albufeiras da Agueira e Fronhas, para garantir os volumes necessários para os usos existentes a no Baixo Mondego, nomeadamente para o abastecimento público;
- Dar seguimento ao “Estudo de Alternativas para a Reabilitação da Barragem de Fagilde”;
- Promover a gestão do Empreendimento de Fins Múltiplos – EFM do Mondego;

Norte

- Condicionar a produção de energia nas albufeiras do Alto Lindoso, Alto Rabagão, Guilhofrei e Vilar Tabuaço;
- Definir e implementar a solução técnica que permita baixar a cota e captação para abastecimento público na albufeira do Alto Rabagão;
- Promover estudos que permitam aumentar a resiliência no nordeste transmontano.

Em termos de financiamento, destaca-se a recente publicação do Despacho do Ministro do Ambiente e da Ação Climática n.º 3143-B/2022, que disponibiliza **5 M€** do Fundo Ambiental para apoio a nível nacional à execução de medidas específicas de contingência de combate à seca, bem como **400 mil €** para ações de sensibilização e de planeamento para a gestão de seca e escassez.

Assinale-se ainda a dotação de **200 M€** inscritos no Plano de Recuperação e Resiliência, para a implementação do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, com vista ao aumento da eficiência hídrica no setor urbano e agrícola e com vista a aumentar a resiliência do fornecimento de água à região.

###

media@apambiente.pt

Rua da Murgueira 9 – Zambujal - Alfragide

2610-124 Amadora

(+351) 214728200

apambiente.pt

Proteja o ambiente. Pense se é mesmo necessário imprimir este email!

